

Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos

Ana Maria Martins
Universidade de Lisboa

1. Introdução

Ao enfrentar a tarefa de classificar as formas de infinitivo, presentes em fontes quinhentistas, repartindo-as por infinitivos flexionados e infinitivos simples, Maria Helena Paiva (2002) identifica três factores que dificultam o bom curso da empresa: “a identidade das formas de 1ª e 3ª pessoas [do infinitivo flexionado] com o infinitivo simples”; “a flutuação entre formas flexionadas e não flexionadas” em certas configurações sintácticas; “a diferença de competências linguísticas” entre um falante quinhentista e um falante contemporâneo, o que “torna ineficaz a aplicação de testes por variação de pessoa” como estratégia para estabelecer a classificação pretendida – cf. Paiva (2002: 118-119).

Este trabalho ocupa-se de um sector dessa *diferença de competências linguísticas*, descrevendo contrastivamente, numa perspectiva diacrónica, gramáticas distintas no que diz respeito aos complementos infinitivos de verbos causativos e perceptivos (observados em paralelo com os complementos infinitivos de certos verbos de controle e de elevação). Explicar a mudança ocorrida será o objectivo central do trabalho.

A origem da mudança (que se apresenta como um processo de desgramaticalização) parece situar-se num tipo de frases estruturalmente ambíguas que envolvem coordenação (frásica ou textual), elipse verbal (efectiva ou potencial) e um infinitivo (dependente ou independente). A perspectiva segundo

a qual a ambiguidade estrutural é um motor de mudança linguística tem um apoio sólido e encontra-se justificada no quadro das teorias que associam de forma estreita mudança gramatical e construção da gramática, localizando pois a mudança *gramatical* no período/processo de aquisição da linguagem.¹ Cf. Naro (1976), Lightfoot (1991, 1999), Hale (1998).

No português contemporâneo, os complementos infinitivos de verbos causativos e perceptivos podem incluir quer o infinitivo simples quer o infinitivo flexionado, como mostram as frases (1) e (2).

- (1) a. Vi as nuvens mudar de cor
b. Vi as nuvens mudarem de cor
- (2) a. Mandei os rapazes fazer o jantar e as raparigas pôr a mesa
b. Mandei os rapazes fazerem o jantar e as raparigas porem a mesa

Na maior parte do período do português antigo,² no entanto, frases como (1b) e (2b) não se atestam nas fontes escritas. A presença do infinitivo flexionado nos complementos infinitivos de verbos causativos e perceptivos torna-se comum a partir do século XVI (cf. Maurer (1986) e a secção 3 deste trabalho). Outras diferenças entre o português antigo e o português moderno³ no que diz respeito às estruturas relevantes parecem correlacionar-se com a que acabamos de apontar. Assim, até ao século XVI a negação parece estar excluída das orações complemento infinitivas de verbos causativos e perceptivos e a cliticização dos pronomes átonos objecto ao verbo infinitivo atesta-se muito raramente, sendo a subida do clítico (para a oração finita) quase universal. No português moderno, pelo contrário, a negação pode estar associada aos complementos infinitivos de verbos causativos e perceptivos e os complementos pronominais átonos de um verbo infinitivo podem cliticizar quer ao verbo infinitivo, quer ao verbo finito da oração

¹ Sobre a distinção entre os conceitos de mudança *gramatical* e mudança *do uso* veja-se Lightfoot (1991, 1999). Enquanto a primeira implica a alteração da natureza das gramáticas interiorizadas (e portanto das suas potencialidades generativas), a segunda envolve apenas uma diferente utilização das potencialidades de uma dada gramática.

² O termo *português antigo* é aqui usado para designar o período que se situa entre o aparecimento dos primeiros documentos escritos em português, no final do século XII, e meados do século XVI, conforme proposto por José Leite de Vasconcelos (1911).

³ A bipartição da história da língua portuguesa em dois períodos, tendo como fronteira o século XVI, deve-se a José Leite de Vasconcelos (1911), a quem pertencem também os termos *português antigo* e *português moderno*. Outros autores adoptarão, com variantes, o mesmo tipo de periodização. Sobre este assunto, veja-se Martins (2002).

matriz, sendo pois a subida do clítico claramente opcional. Considerando os exemplos (3) e (4) abaixo, todas as frases são gramaticais no português moderno, mas (3b) e (4b) seriam agramaticais ou marginais no português antigo.

- (3) a. Mandaram-me ir às compras
b. Mandaram-me não me demorar
- (4) a. As bebidas, mandei-lhas levar a casa
b. As bebidas, mandei levar-lhas a casa

A mudança em causa relativamente aos verbos causativos e perceptivos afecta igualmente alguns verbos de controle (como o volitivo *querer*) e de elevação (nomeadamente os verbos modais). Embora relativamente aos verbos de controle e de elevação o infinitivo flexionado continue a não ser uma opção (porque estes verbos excluem a possibilidade de um sujeito subordinado referencialmente independente), os factos são idênticos aos acima expostos quando se considera a presença da negação ou de um pronome clítico nas orações infinitivas dependentes dos verbos de controle e de elevação que admitem subida do clítico. Deste modo, enquanto todas as frases apresentadas em (5) e (6) abaixo são gramaticais no português moderno, frases como (5b) e (6b), nas quais se observa, respectivamente, cliticização ao infinitivo e uma oração infinitiva negativa, seriam agramaticais ou marginais até ao século XVI.

- (5) a. Posso-te ir buscar às cinco
b. Posso ir buscar-te às cinco
- (6) a. Quero ouvir o que têm para me contar
b. Quero não ouvir mais queixas por hoje

O conjunto de factos sumariamente descritos pode ser interpretado de acordo com a hipótese de que no português antigo os complementos infinitivos dos verbos causativos, perceptivos e de alguns verbos de controle e de elevação teriam uma estrutura funcional mais reduzida do que aquela que podem apresentar no português moderno. Ou seja, os verbos em causa seriam no português antigo mais afins dos verbos auxiliares, não admitindo complementos infinitivos contendo concordância, negação, ou uma posição para a cliticização 'sintáctica'. A mudança ocorrida entre o português antigo e o português moderno pode ser analisada como um caso de relativa desgramaticalização dos verbos causativos e perceptivos, bem como de alguns verbos de elevação e de controle. O mesmo tipo de mudança ocorreu aliás noutras línguas românicas, tendo sido observada

nomeadamente no francês e no espanhol. A hipótese de que a mudança envolve a transformação de estruturas oracionais funcionalmente defectivas (i.e., IPs incompletos ou VPs) em estruturas oracionais mais complexas encontra-se defendida e bem fundamentada nos trabalhos de diversos autores (Davies (1994, 2000), Fresina (1982), Goodall (1984), Martins (1995, 2000), Moore (1994), Pearce (1990), Picallo (1990), Strozer (1986), entre outros). No presente estudo limito-me a adoptá-la sem mais discussão, sendo meu objectivo entender o que motivou a mudança e não reconsiderar a questão da natureza da mudança.

Tomarei as estruturas coordenativas, em interacção com as orações independentes de infinitivo flexionado que se atestam no português antigo (com valor imperativo ou optativo), como propiciadoras das configurações estruturalmente ambíguas que terão desencadeado a mudança. Em contextos ambíguos (com coordenação ao nível textual) o infinitivo flexionado independente veio a ser interpretado como infinitivo dependente de um verbo finito elíptico – sendo a elipse verbal legitimada pela coordenação ao nível frásico.

2. Elementos adicionais sobre a sintaxe dos verbos causativos e perceptivos no português antigo

Como vimos na secção anterior, no português moderno os verbos causativos e perceptivos podem seleccionar como complemento orações de infinitivo flexionado (como em (7) abaixo) ou de infinitivo simples (como em (8)). No primeiro caso, o sujeito da oração infinitiva recebe Caso Nominativo idênticamente ao que acontece nas orações finitas; no segundo caso, o sujeito da oração infinitiva recebe Caso Acusativo atribuído excepcionalmente pelo verbo finito da oração matriz. A marcação casual do sujeito torna-se visível quando este tem natureza pronominal, conforme ilustra a frase (8b) onde o pronome acusativo *os* tem função de sujeito, paralelamente ao constituinte *os advogados* em (8a). A construção exemplificada pelas frases em (8) recebe assim o nome de construção de Marcação Excepcional de Caso, ou construção ECM (do inglês *Exceptional Case Marking*).

- (7) O juiz mandou os advogados deixarem a sala
(8) a. O juiz mandou os advogados deixar a sala
b. O juiz mandou-os deixar a sala

Neste artigo, referir-me-ei aos verbos que admitem a construção de Marcação Excepcional de Caso (i.e., os verbos causativos e perceptivos) como

‘verbos ECM’, ainda que ocorram também noutro tipo de estruturas. Além das duas já mencionadas (representadas em (7) vs. (8)), há que considerar ainda a construção designada por *fazer-inf*(initivo) (cf. Kayne (1975), Burzio (1986), Gonçalves (1999), Duarte e Gonçalves (2001), entre outros). Trata-se de uma estrutura de ‘união de orações’ que envolve a formação de um predicado complexo (constituído por um verbo finito causativo ou perceptivo mais um infinitivo simples) com propriedades temáticas e casuais particulares. Na construção *fazer-inf*, o constituinte que tem a função de sujeito da oração infinitiva nas estruturas bi-oracionais (ou seja as estruturas ECM e de infinitivo flexionado) adquire o estatuto de objecto do complexo verbal. Assim, ocorre tipicamente na posição pós-complexo verbal e recebe Caso Acusativo ou Dativo conforme o verbo infinitivo é, respectivamente, intransitivo ou transitivo. A frase (9a) exemplifica a construção *fazer-inf* com o verbo intransitivo *sair*, as frases (9b) e (9c) exemplificam a construção *fazer-inf* com o verbo transitivo *deixar*. Nas duas últimas frases há ‘Dativização do Sujeito’ (Kayne (1975)) pois o Caso Acusativo é atribuído ao objecto directo *a sala*. A marcação do constituinte relevante como Dativo é tornada visível quer pelo pronome átono de (9c) quer pela presença da preposição *a* (que precede o sintagma nominal *os advogados*) em (9b).

- (9) a. O juiz mandou sair os advogados
b. O juiz mandou deixar a sala aos advogados
c. O juiz mandou-lhes deixar a sala

A construção ECM, por um lado, e a construção *fazer-inf*, por outro, manifestam propriedades diferentes no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos e à compatibilidade da negação predicativa com o domínio infinitivo. Na construção *fazer-inf* a subida dos clíticos é obrigatória, enquanto na construção ECM o sujeito pronominal cliticiza ao verbo finito mas um clítico objecto mantém-se necessariamente dentro do domínio infinitivo.⁴ Quanto à negação predicativa, a construção ECM permite orações infinitivas negativas como mostram as frases em (10) abaixo, mas a construção *fazer-inf* não as permite,

⁴ Frases como (i) abaixo são estruturalmente ambíguos, podendo representar quer a construção ECM quer a construção *fazer-inf*. Ou seja, o pronome clítico acusativo pode ser ou o sujeito da oração infinitiva, que recebe marcação casual excepcional do verbo matriz, ou o objecto directo do complexo verbal.

(i) O juiz mandou-os sair.

como se vê em (11) – sendo, neste caso, parte de um complexo predicativo, o verbo infinitivo não pode ser, por si só, negado.

- (10) a. O juiz mandou-os não deixar a sala
b. O juiz mandou os advogados não deixar a sala
- (11) a. *O juiz mandou-lhes não deixar a sala
b. *O juiz mandou não deixar a sala aos advogados

Visto que a construção *fazer-inf* torna a subida dos clíticos obrigatória e não permite a associação entre negação predicativa e infinitivo, poderia pensar-se que a mudança ocorrida entre o português antigo e o português moderno, no que diz respeito aos verbos causativos e perceptivos, consistiria na emergência, a partir do século XVI, da construção ECM, enquanto no português antigo só a construção *fazer-inf* teria lugar. Os dados que podem colher-se nos textos medievais mostram, no entanto, que as construções *fazer-inf* e ECM coexistiam já no período do português antigo. A segunda virá, pois, a modificar as suas propriedades no que diz respeito à sintaxe dos clíticos e à legitimação da negação predicativa.

As frases em (12) e (13), retiradas de fontes medievais, atestam a construção *fazer-inf*. Nelas se observa a característica ‘Dativização do Sujeito’ manifestada pelos constituintes *a elas*, em (12), e *lhes*, em (13). A posição pós-complexo verbal do constituinte *a elas* na frase (13) é também típica da construção *fazer-inf*. Quanto ao pronome dativo *lhes*, em (13), a posição que ocupa na frase decorre da obrigatoriedade de subida dos clíticos.

- (12) fazendoo primeiro ssaber **a elas**
(Documento notarial, ano de 1447. Martins 2001b: 499)
- (13) que **lhes** fez quebrantar os mädados de seus senhores
(*Crónica Geral de Espanha de 1344*. Citado por Davies 1994: 52)

Por outro lado, as frases (14) e (15), igualmente colhidas em fontes medievais, representam a construção ECM. Que assim é mostram-no a colocação interverbal do sintagma nominal *Galvam*, bem como a inexistência da preposição *a*, em (14), e a forma acusativa do pronome clítico, com função de sujeito da oração infinitiva, na frase (15). (Note-se que os verbos infinitivos de ambas as frases são transitivos pelo que a ‘Dativização do Sujeito’ seria obrigatória se estivesse em causa a construção *fazer-inf*).⁵

⁵ Outros exemplos da construção ECM registados nas fontes medievais encontram-se em Maurer (1986: 59-60).

- (14) viu **Galvam** tal doo fazer
(*Demanda do Santo Graal*. Citado por Davies 1994: 51)
- (15) que **o** fez leixar a fe de Jhesu Christo
(*Crónica Geral de Espanha de 1344*. Citado por Davies 1994: 52)

Nos textos medievais pode encontrar-se ainda um tipo de frases sem correlato no português moderno. Nelas um constituinte cuja marcação casual parece decorrer da construção *fazer*-inf ocorre na posição interverbal que, no português moderno, só é permitida na construção ECM. Veja-se a frase (16).

- (16) elle faz **aos seguos** ver e **aos surdos** ouvyr
(*José de Arimateia*. Citado por Davies 1994: 51)

Esta aparente contradição deixa de o ser se nos desprendermos de uma avaliação guiada pela nossa competência linguística. À luz do que sabemos sobre a sintaxe do português antigo, a estranheza da frase (16) desvanece-se. A frase é estruturalmente ambígua, podendo representar quer a construção *fazer*-inf quer a construção ECM. No primeiro caso, o constituinte Dativo tem o estatuto de objecto (do complexo verbal) pelo que pode apresentar-se anteposto ao verbo infinitivo, pois a ordem OV em domínios de subordinação é uma opção gramatical no português antigo (vd. Martins 2002a, 2002b). No segundo caso, o sujeito da oração infinitiva, que recebe Caso Acusativo do verbo causativo (funcionando assim relativamente a este como objecto), apresenta-se precedido da preposição *a*, situação que se atesta no português antigo quando um complemento verbal acusativo tem o traço [humano]. A frase (17) abaixo comprova que no português antigo um objecto anteposto pode interromper a continuidade entre o verbo causativo e o verbo infinitivo na construção *fazer*-inf. As frases (18a) e (18b) mostram que o objecto directo com o traço [humano] pode ser ou não introduzido pela preposição *a*.

- (17) ca eu mandarey a dom Mudarra Gonçallvez que vos faça queymar ou mandarey **as vossas carnes** espedaçar a cães⁶
(*Crónica Geral de Espanha de 1344*. Cintra 1961: 171)

⁶ De acordo com a análise proposta em Martins (2002a), na frase (17) o constituinte *as vossas carnes* ocupa a posição de Spec de AgrS do domínio do verbo finito, estando o verbo finito incorporado num núcleo funcional mais alto.

- (18) a. Seguyr a nossos antecessores
(*Leal Conselheiro*. Citado por Russo 1942: 48)⁷
b. sigujndo aquel filosofo
(*Leal Conselheiro*. Citado por Russo 1942: 49)

A frase (19) abaixo confirma que nem sempre a presença da preposição *a* é um indicador não ambíguo relativamente à natureza da estrutura que observamos. A presença em (19) do clítico reflexivo evidencia que estamos perante uma estrutura ECM, apesar de o constituinte com função de sujeito da oração infinitiva se apresentar precedido da preposição *a*.⁸ (Quanto à posição do sujeito note-se que se encontra topicalizado; sobre a não subida do clítico falaremos na secção seguinte).

- (19) E un dia que dormindo a achou soa, a un seu mouro logo mandou deitar-sse con ela⁹
(*Cantigas de Santa Maria*. Citado por Sousa Fernández 1998: 68)

Na verdade, o clítico reflexivo não é permitido na construção *fazer-inf* já que nesta o Caso Acusativo não está disponível (sendo atribuído ou ao objecto directo de um infinitivo transitivo ou ao constituinte que tendo função de sujeito subordinado nas estruturas bi-oracionais adquire o estatuto de objecto quando se forma um complexo verbal). O contraste entre a frase (20), que representa a construção ECM, e as frases em (21), representando a construção *fazer-inf*, é esclarecedor. Note-se que só a supressão do pronome reflexivo na estrutura *fazer-inf* permite obter uma frase gramatical com interpretação idêntica à da

⁷ Veja-se ainda o seguinte exemplo:

(i) tu matas cruelmente e sem misericórdia aos seruos de deus (*Barlaão e Josafá*. Citado por Abraham 1938: 49).

⁸ O verbo *mandar* é no português antigo um verbo ditransitivo como mostra o exemplo (i) abaixo. Poderia por isso interpretar-se a frase (19) como uma estrutura de controle de objecto. No entanto, a existência de frases do mesmo tipo que não envolvem o verbo *mandar*, como é o caso de (ii) abaixo, com o verbo perceptivo *ver*, levam-me a admitir que esteja em causa a construção ECM. Seja como for, se adoptarmos a perspectiva de Hornstein (1999, 2001), as estruturas ECM e de controle de objecto são idênticas no que diz respeito à natureza do sujeito da oração infinitiva.

(i) E o Cide mandou aos seus que roubassem o campo (*Crónica Geral de Espanha de 1344*. Cintra 1961: 417)

(ii) vejo a um escravo comprado por cinco xerafins fazer-se senhor de muitas rendas. (Cartas de Afonso de Albuquerque. Pato 1884: 35)

⁹ Uma vez que no período medieval português e galego coincidem no que diz respeito à sintaxe dos verbos causativos, alguns dos exemplos seleccionados para este artigo puderam ser colhidos em fontes galegas.

correspondente frase ECM, a qual inclui o reflexivo. Sobre este assunto, veja-se Gonçalves (1999) e as referências aí disponibilizadas.

(20) Já mandei o miúdo deitar-se

(21) a. Já mandei deitar o miúdo

b. *Já mandei deitar-se o miúdo (agramatical com a interpretação relevante)

c. *Já mandei deitar-se ao miúdo (agramatical com a interpretação relevante)

3. A cronologia da mudança

O processo de desgramaticalização dos verbos ECM e de alguns dos verbos de controle e elevação, que consiste no incremento da estrutura funcional dos seus complementos infinitivos, manifesta-se de três formas, como se disse na secção 1 acima: na emergência do infinitivo flexionado (que passa a estar em variação com o infinitivo simples nos complementos oracionais dos verbos ECM); na legitimação da negação predicativa nas orações infinitivas seleccionadas por verbos ECM, verbos de controle e de elevação; na perda do carácter marginal da opção pela cliticização no interior da oração infinitiva em estruturas com verbos matriz potenciadores de subida do clítico. Sendo, conforme tem sido proposto, manifestações do mesmo processo de mudança gramatical, *esperar-se-à* que infinitivo flexionado, negação predicativa e cliticização ao infinitivo (nas configurações relevantes) adquiram visibilidade nas fontes escritas aproximadamente na mesma época. O infinitivo flexionado dependente de verbos ECM documenta-se de forma clara a partir do século XVI (embora Maurer (1986: 58-59) aponte três exemplos em manuscritos do século XV¹⁰). Quanto à presença da negação predicativa nas orações infinitivas dependentes dos verbos em questão não se encontra atestada antes do século XVI.¹¹ A evolução relativa à colocação dos clíticos, na vertente ‘subida do clítico’ vs. ‘cliticização ao infinitivo’, tem contornos um pouco menos nítidos e merece que lhe dediquemos algum espaço adicional.

¹⁰ Trata-se dos manuscritos quatrocentistas do Leal Conselheiro, do Livro de Esopo e da Demanda do Santo Graal. Maurer (1986:58) faz notar que os exemplos de infinitivo flexionado nas orações complemento dos verbos causativos e perceptivos são “muito raros” e “relativamente tardios” nas fontes medievais.

¹¹ Este cenário poderá naturalmente vir a ser ajustado no seguimento de pesquisa sistemática sobre esta matéria num corpus extenso.

O português antigo não se distingue da generalidade das línguas românicas antigas no que diz respeito à quase universalidade da subida dos clíticos nas estruturas que hoje permitem opcionalmente tal colocação. No seu estudo exemplar sobre o desenvolvimento dos pronomes clíticos do latim às línguas românicas antigas, Dieter Wanner (1986) caracteriza com clareza a situação medieval.

“It can be affirmed that the Italian CM [clitic movement] pattern of the 13th century is quite typical for all Old Romance languages. They all share the pervasive presence of +CM strings with the same kind of governing verb meanings, and with the other characteristic features of Old Italian, be the language Old Portuguese, Old Spanish, Old Catalan, Old French, Old Provençal, or Old Sardinian. (...) On the competence level, the option of not applying CM with a potential V(cm) [verb admitting clitic movement] does exist, but it may have been considerably marked or even marginal”. (Wanner 1986: 290-301)

Em concordância com a observação de Wanner (1986), frases que não manifestam subida do clítico podem encontrar-se em textos portugueses medievais, como mostram os exemplos em (22) e (23). A sua presença nas fontes escritas ao longo do período do português antigo parece ser, no entanto, quantitativamente insignificante, o que também condiz com a afirmação de Wanner segundo a qual a opção pela cliticização ao infinitivo seria marginal.

- (22) E quando quiser espedirse del beigelhy a mão [...] ao senhor de que se espede e digalhy: foan tal caualeyro uos mada beygar a maao
(*Foro Real*. Citado por Silva 2003: 324)
- (23) Onde os que morã a cabo destas eygreias nõ podẽ hyr confessarsse de sseus pecados ao clerigo doutra jgreja
(*Primeira Partida*. Citado por Silva 2003: 147)

Na secção 4.1, a seguir, proporei que a existência de frases como (22) e (23) não é incompatível com a hipótese segundo a qual as orações infinitivas contidas nas mesmas frases apresentavam uma estrutura funcional defectiva. Na presente secção importa considerar como progride quantitativamente, a partir do século XVI, a opção pela cliticização ao infinitivo (i.e., pela não subida do clítico). Com esse objectivo, oferecem-se a seguir os dados quantitativos (de natureza prospectiva) disponibilizados nos trabalhos de Costa (2002) e Salvi

Quadro I (extraído de Costa 2002)

Autores (ano do nascimento – ano da morte)	Subida do clítico	Não subida
Afonso de Albuquerque (1462?-1515) ¹²	40 (95%)	2 (5%)
Damião de Góis (1502?-1574) ¹³	50 (100%)	0 (0%)
Fernão Mendes Pinto (1510-1583) ¹⁴	104 (97%)	3 (3%)
Diogo do Couto (1542-1616) ¹⁵	29 (94%)	2 (6%)
António Vieira (1608-1697) ¹⁶	23 (82%)	5 (18%)
Luís António Verney (1713-1792) ¹⁷	13 (33%)	26 (67%)
Almeida Garrett (1799-1854) ¹⁸	27 (55%)	22 (45%)
Oliveira Martins (1845-1894) ¹⁹	0 (0%)	12 (100%)

Quadro II (extraído de Salvi 1990: 202)

Século	Corpus	Subida do clítico	Não subida
XIII-XV	Documentos notariais ²⁰	48 (100%)	00 (0%)
	Fernão Lopes ²¹	31 (97%)	01 (3%)
XVI	Gil Vicente ²²	70 (96%)	03 (4%)
	História Tragico-Marítima ²³	74 (90%)	08 (10%)
XVII	Vieira ²⁴	94 (96%)	04 (4%)
XVIII	Judeu ²⁵	69 (73%)	25 (27%)
	Verney ²⁶	62 (64%)	35 (36%)
XIX	Garrett ²⁷	24 (50%)	24 (50%)
	Camilo ²⁸	15 (23%)	50 (77%)
	Eça ²⁹	28 (44%)	36 (66%)

¹² Cartas para El-Rei D. Manuel I. Dados recolhidos em Baião (1957: 2-51).

¹³ Crónica do Príncipe D. João. Dados recolhidos em Rodrigues (1977: 12-61).

¹⁴ Peregrinação. Dados recolhidos em Pinto (1995: folios 1-25).

¹⁵ Década Oitava da Ásia. Dados recolhidos em Cruz (1993: 21-70).

¹⁶ Cartas. Dados recolhidos em Vieira (1997: 4-53).

¹⁷ Verdadeiro Método de Estudar. Dados recolhidos em Pires (1991: 43-92).

¹⁸ Discursos Parlamentares. Dados recolhidos em Braga (1904: 5-54).

¹⁹ História da Civilização Ibérica. Dados recolhidos em Martins (1954: 1-50).

²⁰ Dados recolhidos em Maia (1986: 52-70, 71-72, 91-131, 137-146, 151-162)

²¹ Crónica de D. Pedro. Dados recolhidos em Macchi (1966: I-XVII)

²² Auto da Índia, Comédia de Rubena, Pranto de Maria Parda & Romagem dos Agravados. Dados recolhidos em Hart (1972: 64-84), Tavani (1965), Picchio (1963) & Teyssier (1975).

²³ Dados recolhidos em Águas, ed. (1982?: 25-64).

²⁴ Sermão de Santo António aos Peixes & Sermão do Bom Ladrão. Dados recolhidos em Lapa (1978) & Sérgio e Cidade (1954: 149-194).

²⁵ Guerras do Alecrim e Manjerona. Dados recolhidos em Ferraz (1980).

²⁶ Verdadeiro Método de Estudar. Dados recolhidos em Salgado Júnior (1949), Carta Primeira.

²⁷ Viagens na Minha Terra. Dados recolhidos em Dias (1983: I-XVII).

²⁸ Novelas do Minho. Dados recolhidos em Mateus (1971: 71-129, 187-254).

²⁹ O Primo Basílio. Dados recolhidos em Moura (1984: I-III).

(1990). Apresentados nos quadros I e II abaixo, tais dados serão a seguir comentados.

Em virtude da pequena extensão dos corpora observados por Salvi (1990) e Costa (2002), e ainda por o último autor não ter indagado fontes medievais, os quadros I e II não são suficientemente esclarecedores no que diz respeito ao contraste entre o período medieval, por um lado, e o século XVI, por outro. Podemos ainda assim divisar nos dados disponíveis um aumento das atestações de cliticização no interior da oração infinitiva no século XVI. Na verdade, embora esta opção se encontre já em fontes medievais, conforme dissemos acima, ela é rara até ao século XV e documenta-se apenas em alguns textos.³⁰ No século XVI, o número de exemplos rastreáveis continua a ser baixo mas a sua disseminação por fontes de natureza diversa parece progredir. Salvi (1990) e Costa (2002), tomados em conjunto, dão-nos dados extraídos de cinco textos do século XVI; só num deles, a Oitava Década da Ásia, de Damião de Góis, a subida dos clíticos parece geral. Fica por apurar se este autor quinhentista tem um comportamento conservador relativamente à colocação dos clíticos ou se o resultado exposto no quadro I é determinado pela pequena extensão do corpus selecionado.

Se no século XVI se inicia timidamente o processo de fortalecimento da opção pela cliticização ao infinitivo, esperar-se-á que a sua expansão progrida (de forma estável) no decurso dos séculos subsequentes. O quadro I aponta claramente neste sentido, mas os dados do quadro II parecem mostrar um decréscimo da cliticização ao infinitivo no século XVII. Este resultado é tanto mais surpreendente quanto Salvi (1990) e Costa (2002) observam textos do mesmo autor, António Vieira. Uma vez que o primeiro trabalhou com alguns Sermões e o segundo com algumas Cartas, a diferença muito acentuada entre os resultados obtidos por um e pelo outro sugere que no português do século XVII a variação entre as duas possíveis colocações dos pronomes clíticos que estamos a analisar poderia ser pautada por factores estilísticos ou pragmáticos.³¹

³⁰ Tomados em conjunto, os diversos autores que se ocuparam da questão da colocação dos pronomes clíticos no português medieval apontam cerca de uma dezena de exemplos de cliticização ao infinitivo (fora das estruturas de coordenação de que trataremos na secção 4.1, a seguir, e que constituem um caso particular). A maior parte dos exemplos são registados por Silva (2003) em dois textos que são tradução de originais espanhóis, nomeadamente, o Foro Real e a Primeira Partida. Nos documentos notariais editados por Maia (1986) e estudados por Salvi (1990) não há nenhum exemplo de cliticização ao infinitivo. Também no conjunto documental editado por Martins (2001) a opção pela subida do clítico se regista sempre.

³¹ No que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos em frases finitas, registam-se igualmente diferenças muito notórias entre as Cartas e os Sermões de António Vieira. Sobre este

A ser assim, teremos já definida uma situação em que a variação está instalada e os seus contornos são linguisticamente relevantes (diferentemente do que acontecia no período medieval).

A fim de obter alguma informação adicional relativamente ao século XVII, observei a colocação dos pronomes clíticos em contextos potenciadores de subida dos clíticos em dois textos de Francisco Manuel de Melo, *A Carta de Guia de Casados* e algumas das *Cartas Familiares* publicadas por Lapa (1937). Os dados reunidos permitem confirmar que o desenvolvimento da mudança em consideração não é recessivo no século XVII, e têm adicionalmente o interesse de nos mostrar que a variação se configura diferentemente quer entre indivíduos quer entre diferentes produções do mesmo indivíduo. Na *Carta de Guia de Casados* há uma percentagem de cliticização no interior da oração infinitiva de 14%; nas *Cartas Familiares* este valor sobe para mais de 30%.

Voltando aos quadros I e II, podemos observar que depois do século XVII apenas se torna mais nítida uma situação já definida anteriormente, manifestando diferentes autores/obras tendências diferenciadas relativamente às opções pela subida do clítico ou, pelo contrário, pela cliticização ao infinitivo. A ausência de subida do clítico registada no quadro I em Oliveira Martins deve-se presumivelmente à pequena extensão do corpus.³²

Embora seja aconselhável que a informação respeitante à cronologia da mudança gramatical em estudo venha a ser reforçada, os dados presentemente disponíveis permitem-nos concluir que o século XVI é o ponto de viragem relativamente a cada uma das manifestações da mudança. No século XVI, a presença do infinitivo flexionado nos complementos de verbos causativos e

assunto vejam-se os trabalhos de Charlotte Galves e Helena Britto disponibilizados em <http://www.ime.usp.br/~tycho>. Relativamente à variação entre próclise e ênclise nas frases finitas, os Sermões apresentam-se mais inovadores e as Cartas mais conservadoras. O padrão inverte-se no que diz respeito à variação entre subida do clítico e cliticização ao infinitivo, mostrando-se neste caso os Sermões mais conservadores (de acordo com os dados de Salvi (1990) vs. Costa (2002)). Talvez as duas mudanças tenham, na origem, estatutos sociolinguísticos distintos.

³² Embora a gramática prescritiva condene a opção pela subida de clítico, esta colocação continua a registar-se em autores do século vinte e autores contemporâneos. Vejam-se os seguintes exemplos:

(i) “Deve-se sempre ferir por inteiro. É muito menos penoso do que a verdade a prestações”. (Fernando Namora. CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, L0836P0021X)

(ii) Isto, resumo, é a lagoa. Podia-se pulverizar num sussurro de mistérios. (José Cardoso Pires, CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, L0015P0323X)

(iii) Anunciou-me a semana passada que se quer casar, entristeceu-se a mãe a inclinar-se para baixar o som da telefonia, o senhor, sinceramente, diga lá, está-me a ver avó de uma catrefada de monstros? (António Lobo Antunes, CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, L0060P0534X)

perceptivos torna-se nítida; a negação predicativa ganha lugar nas orações infinitivas dependentes de verbos ECM e de certos verbos de controle e elevação; inicia-se um processo de crescimento da opção pela cliticização ao infinitivo (em alternativa à subida do clítico) que não parará de progredir nos séculos seguintes.

4. Ambiguidade estrutural na origem da mudança: coordenação, elipse e o infinitivo flexionado

Como vimos na secção I acima, diversos autores caracterizam concordantemente a mudança gramatical que temos por objecto de estudo como um caso de complexificação da arquitectura funcional de certas orações infinitivas. Só um desses autores, no entanto, considera a questão da origem e motivação da mudança. Davies (1994), que concentra a sua atenção nas estruturas ECM, observa uma ocorrência muito alta de sujeitos nulos de interpretação arbitrária nos complementos infinitivos dos verbos causativos e perceptivos nos textos dos séculos XIII e XIV.³³ Propõe então que é o aumento das ocorrências de sujeitos referenciais expressos que começa a notar-se no século XV e se acentua no século XVI que estará na origem da mudança. O facto de a oração infinitiva apresentar frequentemente um sujeito referencial expresso terá favorecido a sua reanálise como um oração não reduzida (i.e., funcionalmente plena), assim se abrindo caminho à emergência do infinitivo flexionado.

Embora existam virtudes nesta explicação, à qual voltarei a referir-me mais adiante, não me parece, só por si, totalmente satisfatória. Por um lado, porque a expressão de um sujeito referencial, independente, no domínio infinitivo não necessita de estar associada a domínios oracionais funcionalmente não defectivos, como mostra o português antigo. Por outro lado, porque a perspectiva de Davies (1994) dissocia a evolução dos complementos infinitivos dos verbos ECM da evolução dos complementos infinitivos de certos verbos de elevação (nomeadamente os modais) e de controle. Na secção seguinte procurarei motivar a mudança em termos que permitam compreender a relação (que mantenho existir) entre a evolução dos verbos ECM e a evolução de alguns verbos de elevação e de controle, em todos os casos no sentido da desgramaticalização. Uma vez que a proposta que apresentarei na secção 4.3 se apoia na observação

³³ Esta situação decorreria da convergência operada no latim tardio entre infinitivos passivos e infinitivos activos de muitos verbos. As orações infinitivas passivas eram frequentemente orações sem agente expresso.

de situações de ambiguidade estrutural, começarei por identificar os componentes que interagem para criar configurações ambíguas, nomeadamente as estruturas de coordenação (secção 4.1) e as orações independentes de infinitivo flexionado (secção 4.2).

4.1. Estruturas de coordenação

Sendo a cliticização ao infinitivo infrequente no português medieval nas frases em que a oração infinitiva é seleccionada por um verbo legitimador da subida do clítico, existe todavia um tipo de configuração sintáctica que inviabiliza a subida do clítico tornando necessária a ênclise ao infinitivo. As estruturas em causa envolvem coordenação e elipse do verbo matriz no segundo ou subsequentes membros da estrutura coordenativa (que legitima a elipse verbal). As frases (24) a (26) ilustram a estrutura relevante.

- (24) mandando o dicto moesteiro sseu certo procurador estar aa mjrida delles na eira E Reçebello aa dicta portagem
(Documento notarial, ano de 1472. Martins 2001b: 515)
- (25) E nos deuemos de pøer A meyatade da semête e daruos mayns hũu sesteyro de pam meyado
(Documento notarial, ano de 1381. Martins 2001b: 458)
- (26) E nos posades tomar o dicto CasaL E dalo A quem por bem teuerdes
(Documento notarial, ano de 1381. Martins 2001b: 459)

O facto de a subida dos clíticos deixar de ser uma opção nestes contextos faz pensar que a elipse abrange não só material lexical mas também a correspondente estrutura funcional abstracta. Deste modo, a cliticização ‘sintáctica’ (entendida como adjunção a um núcleo funcional de natureza flexional, nos termos de Kayne (1991)) não pode ter lugar. (Lembre-se que a oração infinitiva é funcionalmente defectiva). Nestas condições presumo que tenha lugar, como estratégia reparadora, um processo de cliticização ‘morfológica’ consistindo na simples fusão entre o clítico e o verbo infinitivo (sem mediação de uma categoria funcional).

Nesta perspectiva, os exemplos raros (no português medieval) de cliticização ao infinitivo em estruturas que não envolvem coordenação e elipse do verbo matriz, como as frases (22) e (23) acima, podem ser interpretados como resultado de uma aplicação ‘abusiva’ da estratégia de cliticização ‘morfológica’ em configurações que não a tornam necessária. Este embrionário processo

de generalização da cliticização ‘morfológica’ mantém um âmbito muito limitado e um carácter marginal. As frases em que se manifesta ‘abusivamente’ têm complementos infinitivos defectivos tal como aquelas em que tem lugar a subida do clítico. Mas as primeiras poderão ter favorecido (ainda que com um papel secundário) a reanálise das orações infinitivas reduzidas como orações infinitivas de estrutura funcional mais complexa.

Como veremos na secção seguinte é em articulação com as orações independentes de infinitivo flexionado que as estruturas de coordenação adquirem o papel principal no desencadeamento da mudança gramatical em estudo.

4.2. Infinitivo flexionado em orações não dependentes

Enquanto no português moderno o infinitivo flexionado ocorre tipicamente em contextos subordinativos, no português antigo (incluindo o português quinhentista) o infinitivo flexionado atesta-se com frequência em frases simples (i. e., mono-oracionais) e em orações matriz associadas a subordinadas condicionais. Referir-me-ei a estes infinitivos flexionados que não integram orações subordinadas como ‘infinitivos flexionados independentes’ (e às respectivas orações como ‘orações independentes de infinitivo flexionado’). Como mostram os exemplos (27) a (34) o infinitivo flexionado independente tem geralmente valor imperativo (e com menos frequência optativo) e ocorre em contextos nos quais também tem lugar o conjuntivo. Infinitivo flexionado e conjuntivo estão aliás frequentemente em variação dentro de um mesmo texto (ou em sequências textuais afins).

- (27) e se achassem que Moor Eanes siia no plazo con seu marido ualerlj seu plazo e se achassem que non siia no plazo (...) que lhe fizesse o Abade plazo
(Documento notarial, ano de 1273. Martins 2001b: 120)
- (28) e a parte que destes cõuenētes defallir deue peytar aa outra parte. C. marauidis uellos de pea e ficar o prazo en sa fortaleza perdurauil e teerēse os cõuenētes
(Documento notarial, ano de 1279. Martins 2001b: 138)
- (29) E a parte que contra esto ueer peíte aa outra parte. C maravedis. uelos de portugaeses os quaes pagados ou nõ ficar este strumēto pera senpre en sa fortaleza
(Documento notarial, ano de 1295. Martins 2001b: 155)

- (30) E se alguẽ contra esto quiser uijr. peite aa outra parte. d. soldos da bõa moeda e este feito star firme
(Documento notarial, ano de 1300. Martins 2001b: 163)
- (31) Cõuẽ a ssaber que uos amergulhedes e adubedes e aprouejtedes a dita vinha e olyual segũdo se melhor adubarẽ as vinhas E oliual dos outros logares arredor E dardesnos quinze libras das oliuas destano e dardenolas logo e dalj adeãte (...) dardenos en cada hũu Ano vijti libras por dya de natal E a hũu mes nõ auerdes pẽa depois E se as eu Meestre Gonçalo nõ der ao dito tẽpo ou os meus erees daly adeãte uos deuedes filhar o dito logo cõ sa bẽfeitoria e pagarẽ uossos ereos a rrdã que uos ouuerades pagar
(Documento notarial, ano de 1326. Martins 2001b: 412)
- (32) e qualquer que cõtra esto vier peyte quinhẽtos soldos e esto valer pera senpre cõmo dito he
(Documento notarial, ano de 1329. Martins 2001b: 191)
- (33) a. E ffazerem a dita cassa e Reffazerem de todo casso fortoyto
(Documento notarial, ano de 1407. Martins 2001b: 472)
b. E a faça e Refaça de todo caso furtuyto
(Documento notarial, ano de 1414. Martins 2001b: 477)
- (34) E o dicto mosteiro se entregar da dicta Remda sem se por ello poder chamar fforcado nen esbulhado ssob pena de perder este prazo
(Documento notarial, ano de 1513. Martins 2001b: 302)

Não cabe neste artigo a análise das orações independentes de infinitivo flexionado do português antigo. Direi apenas que se adoptarmos a hipótese segundo a qual o infinitivo flexionado tem origem no imperfeito do conjuntivo latino, não nos parecerá surpreendente que em época antiga o infinitivo flexionado partilhe certas propriedades (nomeadamente de marcação casual) com os verbos finitos, tendo-se acentuado posteriormente a sua evolução na direcção do infinitivo simples. (Sobre este assunto, veja-se Martins 2001a).

O infinitivo flexionado independente é ainda produtivo no século XVI, quando se dá a extensão do infinitivo flexionado aos complementos oracionais dos verbos ECM, mas desaparecerá pouco depois. Estes movimentos de retracção (em domínios independentes) e de expansão (em estruturas ECM) do infinitivo flexionado parecem estar associados entre si, conforme se verá na secção seguinte.

4.3. Ambiguidade do infinitivo flexionado em certos contextos coordenativos

O excerto em (35) inclui um infinitivo flexionado independente seguido de um conjuntivo, ambos de valor imperativo e ilustrando a situação típica de variação entre infinitivo flexionado e conjuntivo apontada na secção anterior. Mas esta sequência textual presta-se a uma outra leitura (no plano da análise estrutural), pois o infinitivo *ficar* poderia ser interpretado como infinitivo dependente dos verbos causativos *mandar* e *outorgar*, que ocorrem no contexto precedente.

- (35) e sobre todo esto mandamus e houtorgamus que se algũu de nos ueher que aquesta nossa partizõ queyra britar ou desfazer, peyte áá outra parte aguardante. C. mrs. uelhus da moheda corredia en Portugal e o prazo **ficar en sa forteleza** e uala pera todo senpre
(Documento notarial, ano de 1287. Maia 1986: 250. Cf. p. 763)

A fim de clarificar a perspectiva que estou a adoptar, consideremos o exemplo mais simples em (36a) (um dado hipotético mas reconstruído a partir de (35)). As duas possíveis interpretações (e correspondentes análises estruturais) de (36a) estão explicitadas em (36b) e (36c). Em (36b) a coordenação estabelece-se ao nível textual³⁴ e a oração infinitiva constitui por si só uma frase. Em (36c) a coordenação situa-se no nível frásico e a oração infinitiva é o complemento de um verbo finito causativo sem realização fonológica, sendo a elipse verbal legitimada pela coordenação sintáctica.

³⁴ Veja-se a observação de Rosa Virgínia Mattos e Silva (1994:119), relativamente à coordenação:

“Na documentação do período arcaico o *e*, além de ligar frases, ocorre como conector de enunciados, isto é, como elo encadeador do discurso. (...) No exemplo seguinte dos DGS [= Diálogos de São Gregório] (1989:655), o primeiro [*e*] é um encadeador discursivo, enquanto o seguinte coordena sentenças:

– Ide-vos a bõa ventura, ca non ei eu mester cavalo.

E eles deceron das bestas *e* poseron-no contra sa voontade en cima de seu cavalo de que primeiramente derribaron”.

- (36) a. mandamos peytar à parte aguardante C maravedis e o prazo ficar
ensa forteleza
b. Mandamos peytar à parte aguardante C maravedis. E o prazo
ficar [=fique] en sa forteleza
c. Mandamos peytar à parte aguardante C maravedis e [mandamos] o
prazo ficar en sa forteleza

A mesma sequência lexico-fonológica pode assim realizar duas estruturas distintas. Esta ambiguidade estrutural terá estado na origem da reinterpretação dos infinitivos flexionados independentes, em contextos de coordenação associada a elipse verbal, como infinitivos flexionados subordinados.

Observemos agora a sequência em (37a), na qual o verbo infinitivo apresenta marcas flexionais explícitas. Neste caso, a possibilidade de identificar o infinitivo que ocorre no segundo membro da estrutura coordenada com o infinitivo simples de uma estrutura ECM fica afastada. A interpretação da oração de infinitivo flexionado como oração dependente de um verbo causativo elíptico (vd. (37c) vs. (37b)) introduzirá assim o infinitivo flexionado na esfera dos padrões subordinativos dos verbos ECM.

- (37) a. mandamos peytar à parte aguardante C maravedis e os prazos ficarem
ensa forteleza
b. mandamos peytar à parte aguardante C maravedis. E os prazos
ficarem [= fiquem] en sa forteleza
c. mandamos peytar à parte aguardante C maravedis e [mandamos] os
prazos ficarem en sa forteleza

Deve notar-se que a explicação que estamos a propor é coerente no plano semântico, já que o valor imperativo/optativo que o infinitivo flexionado independente tinha no português antigo não destoa da interpretação semântica atribuída a um infinitivo dependente de um verbo causativo.

O exemplo (37) acima é hipotético mas a sua legitimidade gramatical no português antigo fica confirmada por dados como o que se apresenta em (38), extraído dos documentos da Chancelaria de D. Duarte. Em (38) podemos observar o tipo de configuração ambígua que originou a mudança gramatical.³⁵

³⁵ São também exemplos elucidativos os seguintes:

(i) e mando que estes meus cabeças e erés possam auer todo o meu asi mobli commo rrayx e darenò ali u elles teuerẽ por bẽ (Documento notarial, ano de 1281. Maia 1986: 133)

- (38) Item ao que dizeẽs que demos nossa carta per que mandamos que corretores que nom sabem leer nem scpreuer que nom husem mais de seus officios os quaães foram examjnados e foj achado que auja hi vij ou viij que nom sabiam leer nem scpreuer E ora por nosso mandado algũus destes som restituídos a seus officios e ficam tres ataa quatro que mais soamente husauam dos dictos officios e som ja em taães ydades que nom podem nem sabem husar doutros officios E que fosse nossa mercee mandarmos que husem de seus officios e **per suas mortes nom seerem dados a outros ataa que seiam tornados ao numero de xxv** segundo nossa mercee hordenou. nom fazendo elles em seus officios perque os deuum de perder
(Chancelaria de D. Duarte, ano de 1436. Marques 1998: 382)

Costa (2002) observou que nas Cartas de Afonso de Albuquerque o infinitivo flexionado ocorre com muita frequência em estruturas coordenativas com elipse de um verbo causativo ou perceptivo, observação que reforça a hipótese de que tais estruturas tenham estado na origem da reinterpretção de orações independentes de infinitivo flexionado como orações complemento de verbos ECM.

No exemplo (39) podemos ver uma atestação do infinitivo flexionado subordinado a um verbo causativo (não elíptico), coexistindo na oração subordinada o infinitivo flexionado e a negação predicativa (*veja ... nam me mandardes*). Fica assim claro que estamos perante uma oração complemento infinitiva com uma estrutura funcional não defectiva. Na mesma sequência textual atestam-se dois exemplos de infinitivo flexionado em contexto coordenativo legitimador de elipse verbal. (O símbolo [] marca o lugar da elipse, estando o antecedente identificado a negrito).

(ii) E mãdaũ E outorgauã que. elles. nẽ outrẽ por elles nẽ ã seus nõmes. nõ podesem hir cõtra A dicta Renõçyaçom que Assy ffaziã Ao dito Martjm Affomso. do dito dereito e quinhõ. que elles Auyã dauer da dita vynha cõmo de suso. dito he. ã parte nẽ ã todo ã Caso que cõtra ellõ quisese hir que nõ valse nẽ ffosem Reçebudos A demãda nẽhũa que lhj sobre tal Razom. queirã ffazer. mays a dita. Renõçjasom seer fffirme estauyl pera sempre (Documento notarial, ano de 1367. Martins 2001b: 447)

(iii) Alda lourẽço soprioressa do dito Moesteiro mãdou e outorgou que sse A dita Alda lourẽço nõ pagar, os dinheiros dos Jornaas Aos homees que Chãtarẽ o dito Canpo, Como dito he, demãdandolhes o dito Martjm Afonso que os pague dhj En deante so a dita pena so obrigaçõ dos Bees do dito Moesteiro e da dita soprioressa que pera ello obrigou E a pena pagada ou nõ este Contrauto sseer Antre elles firme e estaujL Como dito he (Documento notarial, ano de 1391. Martins 2001b: 468)

- (39) Vejo, senhor, tambem nam me mandardes armas nem jemte nem nenhum aparelho de guerra; **vejo** vossos capitãees que de laa vem, muy isemtos, e omde me nam acham em pessoa [...] darem muy pouco por minhas determinaçõeas e mandados e [...] pórem nas em conselho e em vozes (Afonso de Albuquerque, Cartas. Pato 1884: 35)

A par do infinitivo flexionado dependente de verbos causativos e perceptivos está frequentemente representado na prosa de Afonso de Albuquerque o infinitivo flexionado independente, de valor imperativo ou optativo, como mostram os exemplos seguintes:³⁶

- (40) À partida minha de cananor deixo ordenado e mandado aos capitães morees das naos que vam pera portugall, que tanto que suas cargas forem acabadas, me vam buscar amjediva, porque já entam serei voluido de cambaya de asemtar as pazes, trato e feitoria, e tirar esses catiuos que lá jazem, e vir amjediva e **aly nos ajuntarmos todos e tornarmos sobre goa e fazermos o que podermos** [=E ali nos ajuntemos todos e tornemo-nos sobre Goa e façamos o que podermos] (Afonso de Albuquerque, Cartas. Pato 1884: 23)
- (41) mando a narsymgua huum messageiro, e mando allguuns cavalos a elRei de naarsymgua e Representarlhe o feito de goa, aynda que já tenho mandado dous piães com cartas a braldez, que já lá tinha mandado, e ver se com este feito de gooa lhe podemos tirar o credito que tem nos turcos e medo que lhe am, e **averem que somos homens que faremos tam boons feitos na terra como no maar**, [=e hajam que somos homens que faremos tão bons feitos na terra como no mar] e assy ver se o poso fazer aballar seus arrayes contra os turcos de daquem, e quererem nossa amyzade verdadeira (Afonso de Albuquerque, Cartas. Pato 1884: 28)

³⁶ Note-se que em nenhuma das sequências é viável uma análise da oração infinitiva como oração dependente de um verbo causativo elíptico, já que não haveria um antecedente apropriado para legitimar a elipse verbal.

A coexistência de uns e outros infinitivos no século XVI mostra que os infinitivos flexionados independentes eram ainda uma opção gramatical quando surgiram os infinitivos flexionados seleccionados por verbos ECM, facto este que viabiliza e suporta a perspectiva adoptada neste trabalho no que diz respeito à motivação e modo de emergência da mudança.

O processo de desgramaticalização dos verbos ECM bem como de alguns verbos de elevação e de controle (envolvendo o incremento da estrutura funcional dos seus complementos infinitivos) traduz-se, como vimos, não só no aparecimento do infinitivo flexionado nesse contexto, mas também da negação predicativa e da ‘cliticização sintáctica’ (no interior da oração infinitiva). Estas três manifestações da mudança estão a seguir ilustradas por dados colhidos na obra de um autor quinhentista e dos primórdios de seiscentos, Diogo do Couto.³⁷

- (42) porque cousas lhe virão fazer que inda que todos não estivessem tão animados e não lhe alembrasse que em seus braços estavam suas vidas, soo pello que virão, e ouvirão àquelles religiosos **poderão não temer** outro poder muito mayor
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 34)
- (43) E logo forão os capitães deste socorro, e Gonçalo Guedes capitão de Columbo a Cotta avisarem a Baltesar Guedes, que **vento não aver** necessidade se foi curar a Columbo deixando na Cotta seu irmão)
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 42)
- (44) eu **vi depenarem** muitos filhos e parentes de alguns visorreys
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 44)
- (45) O Rayu era tão industrioso que teve modo com dadivas e peitas com que primeiro que chegou a Cotta **fez passarem-se** pera elle os mais dos mudiliares del rey com a gente de suas obrigações
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 29)
- (46) D. Paulo tanto que esteve preparado saio ao imigo, porque não **quis dar-lhe** animo a cuidarem que o receava
(Diogo do Couto, *Década Oitava da Ásia*. Cruz 1993: 76)

³⁷ Os dados (42) a (45) foram identificados por Costa (2002). A negação predicativa no interior de complementos infinitivos de verbos ECM também se encontra em Afonso de Albuquerque, como mostra (39) acima. Um outro exemplo apontado por Costa (2002) pertence a Fernão Mendes Pinto:

(i) & se quereis não leuar as mãos vazias como dizeis... (Pinto (1995), fol. 7)

Uma última questão há que considerar. Por que razão o infinitivo flexionado não se estendeu aos complementos infinitivos dos verbos de elevação e controle? A pergunta coloca-se naturalmente tendo em conta que o tipo de configuração ambígua que originou a mudança na esfera dos verbos ECM parece atestar-se também com esses outros verbos. O exemplo (47) assim o sugere.

- (47) outorgarõ que o dito martjm ãnes e sua molher e pesoa os posam auer
pera sj E os demãdar **E se lograrem delles em suas vidas**
(Documento notarial, ano de 1417. Martins 2001b: 481)

A resposta à questão acima formulada encontra-se na incompatibilidade entre as propriedades de elevação/controlado (de sujeito) dos predicados relevantes e o infinitivo flexionado, já que nas estruturas de elevação e de controle de sujeito não há lugar para um sujeito subordinado distinto (enquanto entidade gramatical) do sujeito da oração matriz.³⁸ Davies (1994) está portanto certo quando vê na existência de sujeitos referenciais lexicalmente realizados no domínio infinitivo um factor favorecedor da mudança (cf. secção 4. acima). De acordo com as abordagens que associam aquisição da linguagem e mudança linguística, deveremos considerar que uma vez estabelecido para um determinado item lexical verbal que se trata de um predicado de elevação/controlado de sujeito (para o que haverá suficiente evidência no ambiente a que o aprendente está exposto), dados como (47) não podem ser analisados como estruturalmente ambíguos.

A ambiguidade estrutural, do tipo que nos tem ocupado, permite contudo compreender como surgiram a negação predicativa e a cliticização 'sintáctica' nos complementos infinitivos dos verbos de elevação/controlado. O excerto em (48a), que tem como possíveis leituras (48b) e (48c), é suficientemente elucidativo. De novo, é a associação entre coordenação e elipse verbal que cria as configurações ambíguas propiciadoras da mudança. A motivação da mudança é pois a mesma para os verbos ECM e para os verbos de elevação/controlado; a divergência parcial observada relativamente ao resultado da mudança decorre das propriedades particulares de cada um dos grupos de verbos.

³⁸ Na perspectiva de Hornstein (1999, 2001) trata-se de uma mesma propriedade, pois as estruturas tradicionalmente consideradas de 'controlado' serão, na verdade, instâncias de elevação. Assim, em todos os casos haverá movimento do argumento externo do verbo infinitivo para a posição de sujeito da oração matriz, havendo lugar a marcação casual apenas nesta última posição.

- (48) a. & quando sayr desse logar deue-sse logo a carpir & braadar pela rua & ir logo a justiça dereita.mente & **nõ entrar ã outra casa & dizer ueedes que me fez foaao per nome**
(*Primeira Partida*. Citado por Silva 2003: 150)
- b. & quando sayr desse logar deue-sse logo a carpir & braadar pela rua & ir logo a justiça dereitamente. E nõ entrar ã outra casa & dizer ueedes que me fez foaao per nome [= *E não entre em outra casa e diga...*]
(*Primeira Partida*. Citado por Silva 2003: 150)
- c. & quando sayr desse logar **deue**-sse logo a carpir & braadar pela rua & ir logo a justiça dereita.mente & [...] nõ entrar ã outra casa & dizer ueedes que me fez foaao per nome
(*Primeira Partida*. Citado por Silva 2003: 150)

5. Conclusão

Neste trabalho procurei mostrar como as frases estruturalmente ambíguas que envolvem coordenação, elipse verbal e o infinitivo flexionado independente (com valor imperativo ou optativo) que integrava a gramática do português antigo originaram o processo de mudança gramatical que atingiu os verbos ECM e de elevação/controle. Essa mudança, na direcção da desgramaticalização, manifestou-se na emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento dos verbos ECM e no surgimento da negação predicativa e da cliticização ‘sintáctica’ nos complementos infinitivos tanto dos verbos ECM como dos verbos de elevação/controle. Resultando de uma reanálise das orações independentes de infinitivo flexionado como orações subordinadas (nas configurações ambíguas acima identificadas), a mudança traduziu-se no incremento da estrutura funcional das orações infinitivas seleccionadas pelos verbos ECM e de elevação/controle.³⁹

O papel desempenhado pelo infinitivo flexionado neste processo pode talvez explicar um contraste nítido entre o português e as restantes línguas românicas relativamente à sintaxe dos verbos causativos e perceptivos. Quando observamos

³⁹ O galego constitui um problema relativamente à proposta aqui apresentada porque não evoluiu no mesmo sentido que o português no que diz respeito aos verbos causativos e perceptivos. Na verdade, o infinitivo flexionado não é permitido nas orações complemento de verbos ECM no galego. O facto de o infinitivo flexionado independente deixar de atestar-se nos documentos galegos a partir do século XV (de acordo com Maia (1986)) pode ser relevante.

as estruturas de complementação com infinitivo simples, o português mostra uma clara preferência pela construção ECM relativamente à construção *fazer-inf*; línguas como o italiano e o francês mostram a situação oposta. Uma vez que no português o infinitivo flexionado passou a estar presente nos complementos infinitivos dos verbos causativos e perceptivos, o facto de as estruturas completivas de infinitivo flexionado serem mais afins das estruturas ECM do que das estruturas *fazer-inf* pode ter favorecido um maior uso das primeiras. A este respeito é também interessante observar que, em comparação com o italiano e o francês, o espanhol é mais permissivo no que diz respeito à aceitação de estruturas ECM (cf. Hernanz (1999)). Ora não existindo no espanhol um infinitivo flexionado, existe contudo um infinitivo pessoal (cf. Torrego (1998)) e este pode manifestar-se no espanhol antigo como infinitivo independente (com valor imperativo) paralelamente ao infinitivo flexionado do português. As frases (49) a (51), apontadas por Beardsley (1921), são disso exemplo.

- (49) e la sangre de los romanos seer esparzida por los sus terminos
(Beardsley 1921:259)
- (50) Lazdrar tu e tu Fiio por las almas salvar
(Beardsley 1931:259)
- (51) Bien es que gela dedes, et yo darle XV de mios fijos
(Beardsley 1921:258)

Referências Bibliográficas

- Abraham, Richard D. 1938. *A Portuguese Version of the Life of Barlaam and Josaphat: Paleographical Edition and Linguistic Study*. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Águas, Neves, ed. (1982?). *História Trágico-Marítima*. Vol. 1. Mem Martins: Europa América.
- Álvarez, Rosario & Xosé Xove 2002. *Gramática da Língua Galega*. Vigo: Galaxia.
- Baião, António, ed. 1957. *Cartas para El-Rei D. Manuel I*. Lisboa: Sá da Costa. [2ª ed.]
- Beardsley, Wilfred A. 1921. *Infinitive Constructions in Old Spanish*. New York: Columbia University Press.
- Bosque, Ignacio & Violeta Demonte, eds. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. 3 vols. Madrid: Espasa.
- Braga, Theophilo, ed. 1905. *Discursos Parlamentares de Almeida Garrett*. Lisboa: Sociedade Editora.

- Burzio, Luigi. 1986. *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Kluwer.
- Cintra, Luís Filipe Lindley, ed. 1961. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Costa, Francisco Nuno Q. M. Carapeto. 2002. “Subida de Clíticos de Frases Infinitivas no Português do Século XV ao Século XIX”. Ms. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. <http://www.clul.ul.pt>
- Cruz, M. Augusta Lima, ed. 1993. *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia: Edição crítica e comentada de uma versão inédita*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Davies, Mark. 1994. “Parameters, Passives, and Parsing: Motivating diachronic and synchronic variation in Spanish and Portuguese”. *CLS 30: Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Vol 2: *The Parasession on Variation in Linguistic Theory*, editado por K. Beals, J. Denton, R. Knippen, L. Melnar, H. Suzuki & E. Zeinfeld. Chicago: CLS. 46-60.
- Davies, Mark. 2000. “Syntactic Diffusion in Spanish and Portuguese Infinitival Complements”. *New Approaches to Old Problems: Issues in Romance Historical Linguistics*, editado por Steven Dworkin & Dieter Wanner. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. 109-127.
- Dias, A. da Costa, ed. 1983. *Almeida Garrett, Viagens na Minha Terra*. Lisboa: Estampa.
- Ferraz, M. de Lurdes, ed. 1980. *António José da Silva (O Judeu), Guerras do Alecrim e Mangerona*. Lisboa: Seara Nova – Comunicação.
- Fresina, C. 1982. “Les verbes de mouvement et les aspectuels en Italien”. *Linguisticae Investigationes*. 6: 283-331.
- Gonçalves, Anabela. 1999. *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Dissertação de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Anabela & Inês Duarte. 2001. “Construções Causativas em Português Europeu e em Português Brasileiro”. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, editado por Clara Nunes Correia & Anabela Gonçalves. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística & Colibri. 657-671
- Gondar, Francisco G. 1978. *O Infinitivo Conjugado em Galego*. (= *Verba, Anejo 13*). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela
- Goodall, G. T. 1984. *Paralell Structures in Syntax*. Ph.D. dissertation, University of California at San Diego.
- Hale, Mark 1998. “Diachronic Syntax”. *Syntax* 1: 1-18.
- Hart, Th. R., ed. 1972. *Farces and Festival Plays*. Eugene: University of Oregon.

- Hernanz, M. Lluísa 1999. "El Infinitivo". *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, editado por Ignacio Bosque & Violeta Demonte. Madrid: Espasa. 2196-2358.
- Hornstein, Norbert. 1999. "Movement and Control". *Linguistic Inquiry* 30: 69-96.
- Hornstein, Norbert. 2001. *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Malden, Mass. & Oxford: Blackwell.
- Kayne, Richard. 1975. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Kayne, Richard. 1989. "Null Subjects and Clitic Climbing". *The Null Subject Parameter*, editado por O. Jaeggli & K. Safir. Dordrecht, Boston & London: Kluwer. 239-261.
- Kayne, Richard. 1991. 'Romance Clitics, Verb Movement, and PRO'. *Linguistic Inquiry* 22: 647-686.
- Lapa, M. Rodrigues, ed. 1937. *D. Francisco Manuel de Melo, Cartas Familiares*. Lisboa: Sá da Costa.
- Lapa, M. Rodrigues, ed. 1978. *Sermão de Santo António aos peixes*. Lisboa: Sá da Costa. [7ª ed.]
- Lightfoot, David 1991. *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Lightfoot, David 1999. *The Development of Language: Acquisition, Change and Evolution*. Malden, Mass. & Oxford: Blackwell.
- Macchi, G., ed. 1966. *Fernão Lopes, Crónica de D. Pedro*. Roma: Ateneo.
- Maia, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do Galego-Português: Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Marques, A. H. de Oliveira, org. 1998. *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*. Vol.1, tomo 2 [1435-1438]. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.
- Martins, Ana Maria. 1995. "A Minimalist approach to Clitic Climbing". *CLS 31: Papers from the 31st Regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Vol II: *The Parasession on Clitics*, editado por A. Dainora, R. Hemphill, B. Luka, B. Need & Sh. Pargman, Chicago: Chicago Linguistic Society. 215-233. [Reeditado em: Costa, João, ed. 2000. *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford & New York: Oxford University Press. 169-190].
- Martins, Ana Martins. 2001a. "On the origin of the Portuguese inflected infinitive: A new perspective on an enduring debate". *Historical Linguistics 1999: Selected Papers from the 14th International Conference on Historical Linguistics*, editado por Laurel J. Brinton. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. 207-222.

- Martins, Ana Maria. 2001b. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Martins, Ana Maria 2002a. "The loss of IP-scrambling in Portuguese: Word order variation and change". *Syntactic Effects of Morphological Change*, ed. by David Lifghtfoot. Oxford and New York: Oxford University Press. 232-248.
- Martins, Ana Maria 2002b. "Mudança Sintáctica e História da Língua Portuguesa". *Actas do Encontro 'História da Língua e História da Gramática'*, editado por Brian F. Head, José Teixeira, Aida Sampaio Lemos, Anabela Leal de Barros & António Pereira. Braga: Universidade do Minho.
- Martins, J. P. Oliveira. 1954. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães & C^a. [9^a ed.]
- Mateus, M. Helena Mira, ed. 1971. *Camilo Castelo Branco, Novelas do Minho*. Lisboa: Pereira.
- Maurer Jr., Theodoro H. 1968. *O Infinitivo Flexionado Português: Estudo historico-descriptivo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Moore, J. 1994. "Romance Cliticization and Relativized Minimality". *Linguistic Inquiry* 25: 335-344.
- Moura, H. Cidade, ed. 1984. *José Maria Eça de Queirós, O Primo Basílio*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Naro, Anthony 1976. "The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: A study in syntactic change as a surface phenomenon". *Language* 52: 779-811.
- Paiva, Maria Helena P. N. 2002. *As Gramáticas Portuguesas Quinhentistas e a Fixação do Padrão Linguístico: Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. Dissertação de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pato, R. A. Bulhão 1884. *Cartas de Afonso de Albuquerque Seguidas de Documentos que as Elucidam*. Vol. I. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Pearce, Elizabeth. 1990. *Parameters in Old French Syntax: Infinitival complements*. Dordrecht: Kluwer.
- Picallo, M. C. 1990. "Modal Verbs in Catalan". *Natural Language and Linguistic Theory* 8: 285-312.
- Picchio, L. Stegagno, ed. 1963. *Il "Pranto de Maria Parda" di Gil Vicente*. Napoli: Istituto Orientale.
- Pinto, Fernam Mendez. 1995. *Peregrinação*. Maia: Castoliva. [Facsimile da edição de 1614].
- Pires, M. L. Gonçalves, ed. 1991. *Verdadeiro Método de Estudar de Luís António Verney – Cartas sobre Retórica e Poética*. Lisboa: Presença.

- Rodrigues, G. Almeida, ed. 1977. *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Russo, Harold J. 1942. *Morphology and Syntax of the Leal Conselheiro*. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Salgado Jr., A., ed. 1949. *Luís António Verney, Verdadeiro Método de Estudar*. Vol. 1: *Estudos Linguísticos*. Lisboa: Sá da Costa.
- Salvi, Giampolo. 1990. "La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica". *Medioevo Romanzo* 15: 117-210.
- Sérgio, António & Hernani Cidade, eds. 1954. *Padre António Vieira, Obras Escolhidas*. Vol. 12. Lisboa: Sá da Costa. Vol.
- Silva, Cristina Vieira da. 2003. *A Complementação Infinitiva em Textos Latinos dos Séculos XI e XII e Textos Portugueses dos Séculos XIII e XIV. Dissertação de doutoramento*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e Silva 1994. *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- Sousa Fernández, Xulio César. 1998. *Estudio Diacrónico das Construccions con 'Mandar' como Verbo de Orde en Galego*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.
- Strozer, J. 1986. *Clitics in Spanish*. Ph.D. dissertation, University of California at Los Angeles.
- Tavani, G., ed. 1965. *Comédia de Rubena*. Roma: Ateneo.
- Teyssier, Paul, ed. 1975. *Romagem dos Agravados*. Paris: Éditions Hispaniques.
- Torrego, Esther 1998. "Nominative Subjects and Pro-drop Infl". *Syntax* 1: 206-219.
- Vasconcelos, José Leite de 1911. *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. 1966 (4ª ed.).
- Vieira, António. 1997. *Cartas do Padre António Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. [2ª ed.]
- Wanner, Dieter 1987. *The Development of Romance Clitic Pronouns: From Latin to Old Romance*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter.